PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

COORDENADORIA DE AÇÕES EDUCACIONAIS- CAEd

SUBDIVISÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS SOCIAIS, ÉTNICO-RACIAIS E INDÍGENAS.

1. **Desde quando temos a seleção especial para o ingresso de indígenas na UFSM?**

O Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social foi implementado na UFSM a partir da aprovação da Resolução 011, em 03 de agosto de 2007. Os princípios que nortearam a adoção das ações afirmativas na UFSM indicavam a necessidade de democratização do acesso ao ensino superior público, proteção aos direitos humanos e à erradicação das desigualdades sociais e étnico-raciais.

O Programa de Ações Afirmativas, aprovado em 2007, definia o prazo de 10 anos para a disponibilidade de vagas a afro-brasileiros, pessoas com necessidades especiais, egressos de escolas públicas e indígenas. No caso dos indígenas, o ingresso dar-se-ia na seguinte proporção:

**Cota D** - Suplementação de 10 vagas para indígenas, iniciando com 05 vagas em 2008, 08 vagas em 2009 e 2010, e 10 vagas a partir de 2011. Para o vestibular 2012, foram disponibilizadas 14 vagas.

A Comissão de Implementação e Acompanhamento do Programa Permanente de Formação de Acadêmicos Indígenas (CIAPFAI) permanece em funcionamento na UFSM desde o ano de 2011, estando hoje vinculada à Subdivisão de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas-CAEd/UFSM. A coordenação da Comissão Indígena é realizada de forma compartilhada entre a liderança indígena indicada e a chefia da referida subdivisão. À CIAPFAI compete observar o funcionamento do Programa Permanente de Formação de Acadêmicos Indígenas, avaliar seus resultados, identificar aspectos que prejudiquem a eficiência e sugerir os ajustes e modificações que julgar pertinentes;

A partir do ano de 2011, a UFSM passou a realizar as Rotas de Divulgação do Processo Seletivo Indígena em 25 aldeias indígenas. De acordo com a CIAPFAI, foram estabelecidas três Rotas de Interação e de Interlocução com essas comunidades, a fim de divulgar o Processo Seletivo Indígena.

Em 2012, a lei nº 12.711 garantiu a reserva de 50% das matrículas, por curso e turno, nas 59 universidades federais e nos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a alunos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escola pública. Os demais 50% das vagas permanecem destinados à ampla concorrência. Na UFSM, para o ingresso no ano de 2015, ocorreu a reserva de 50% das vagas para estudantes de escola pública com ou sem recorte de renda, e para estudantes de escola pública pretos, pardos e indígenas (PPI).

A UFSM manteve, de seu programa original, a criação de vagas para indígenas (ampliada para 20 vagas em 2014, para ingresso em 2015) e a reserva de 5% de vagas para as pessoas com deficiência.

A partir do processo seletivo de 2014, para o ingresso em 2015, a UFSM atendeu aos anseios das lideranças indígenas e o Processo Seletivo indígena passou a ser específico para indígenas aldeados, o que contemplou as necessidades das aldeias que almejam por desenvolvimento nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, meio-ambiente, dentre outras. Outro avanço importante diz respeito à prova do processo seletivo indígena, que passou a ser elaborada de acordo com a cultura indígena, no qual se garantiu a participação de um profissional indígena, que faz o diálogo intercultural com a banca de professores.

Em 2018, a Resolução 02/2018 passou a regular as formas de ingresso aos cursos de graduação e ações afirmativas correlatas da Universidade Federal de Santa Maria, revogando a Resolução n. 011/07. A resolução 02/2018 prevê o Processo Seletivo Indígena, o qual disponibiliza anualmente vagas suplementares àquelas ofertadas no processo seletivo em cursos de graduação, para serem disputadas exclusivamente por estudantes indígenas aldeados residentes no território nacional. Esse processo visa atender as demandas de capacitação de suas respectivas sociedades, apontadas por intermédio de consulta às comunidades indígenas locorregionais, no âmbito da Comissão de Implementação e Acompanhamento do Programa Permanente de Formação de Acadêmicos Indígenas (CIAPFAI), vinculada à Subdivisão de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas da Coordenadoria de Ações Educacionais (CAEd) da UFSM. O conteúdo das provas aplicadas no Processo Seletivo Indígena, além do conteúdo do Ensino Médio, é permeado por elementos de linguagem e cultura indígenas.

Em 2019 no Processo Seletivo Indígena, foram ofertadas 21 vagas suplementares, no campus sede, 01 vaga no campus de Frederico Westphalen e 01 vaga no campus de Palmeira das Missões, totalizando 23 vagas.

Em 2020, no Processo Seletivo Indígena, foram ofertadas 21 vagas suplementares, no campus sede, 01 vaga no campus de Frederico Westphalen e 02 vagas no campus de Palmeira das Missões, totalizando 24 vagas.

1. **Levantamento ano a ano desse ingresso. O total de estudantes indígenas que já passaram pela UFSM?**

O Ingresso teve início em 2009 - 03 alunos

2010-03 alunos

2011-02 alunos

2012-04 alunos

2013-08 alunos

2014-14 alunos

2015- 21 alunos

2016-19 alunos

2017-22 alunos

2018-22 alunos

2019-23 alunos

2020-25 alunos.

1. **Como é garantido a eles a permanência na instituição?**

A permanência dos estudantes, de modo geral, é subjetiva, pois são muito diversos os fatores que contribuem para isso. Entretanto, a instituição se reserva o direito de propor algumas estratégias e recursos que podem vir a beneficiá-los. Para os indígenas, em especial, foi construída, no campus sede da UFSM, uma casa do estudante indígena, projetada respeitando a cultura indígena. Há também cotas específicas para os indígenas. Outra ação, da Coordenadoria de Ações Educacionais, na Subdivisão de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-raciais e Indígenas, é o desenvolvimento de projetos de ensino e pesquisa, com vistas à permanência dos estudantes:

**1 Título do Projeto:** **Ações Afirmativas, Ensino, Aprendizagem e Interculturalidade**

**Objetivos:**

Contribuir na permanência dos estudantes cotistas e não cotistas da UFSM, visando a diminuição das desigualdades sociais e a educação das relações étnico-raciais, com uma prática educacional que contemple o diálogo intercultural, proporcionando consolidar a inclusão social na instituição;

Contribuir com o desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem na instituição, visando consolidar o respeito à identidade e a cultura;

Garantir melhores condições de permanência e desenvolvimento acadêmico aos estudantes indígenas por meio da Monitoria Indígena, minimizando as barreiras sociais, culturais e acadêmicas existentes;

Garantir melhores condições de permanência aos estudantes afro-brasileiros através da organização e do apoio a rodas de conversa, debates, cursos que envolvam a educação das relações étnico-raciais, promoção da equidade e a valorização da cultura africana e afrobrasileira;

Garantir melhores condições de permanência aos estudantes cotistas sociais por meio da organização e apoio a rodas de conversa, debates, cursos que envolvam gênero, classe, cultura, geração, orientação sexual, direitos humanos, dentre outros;

**2 Título do Projeto: Interculturalidade e Educação das Relações Étnico-Raciais;**

Objetivos:

Contribuir com a consolidação de uma sociedade mais justa, humana e igualitária, através da educação das relações étnico-raciais, visando contemplar o diálogo intercultural junto à comunidade acadêmica que proporcione consolidar o respeito às diferenças culturais, a valorização da diversidade e da diferença e a inclusão social na instituição;

Combater qualquer forma de discriminação, preconceitos, violência étnico-racial, socioeconômica e cultural, por identidade de gênero, orientação sexual, contra a mulher e/ou pessoas com deficiência, garantindo-se o respeito aos direitos legais e às identidades próprias, na busca da consolidação de uma sociedade democrática e participativa;

Reconhecer as injustiças históricas perpetradas no Brasil, que geraram desigualdades de oportunidades no acesso e permanência no ensino superior, promovendo políticas públicas e institucionais que visam reparar tais injustiças;

Valorizar e reconhecer o protagonismo dos povos tradicionais, comunidades quilombolas e segmentos sociais historicamente discriminados.

 **3 Título do Projeto: Rodas de Conversa**

Objetivos:

Proporcionar aos estudantes cotistas sociais, pretos e pardos e indígenas, e à comunidade acadêmica, um espaço de diálogo sobre temas emergentes, buscando-se coletar informações, elucidar ideias e posições;

Oportunizar a aprendizagem e a exploração de argumentos, sem a exigência de elaborações conclusivas;

Criar possibilidades de alterações provocadas por falas e indagações;

Acolher os estudantes cotistas sociais, indígenas, pretos e pardos, sensibilizando-os para que ocupem o lugar que lhes é de direito nesta universidade;

Estimular a construção da autonomia por meio da problematização, da troca de informações e da reflexão para a ação;

Profissionais/bolsistas envolvidos: docentes, técnico administrativos, discentes e comunidade acadêmica;

**4 Título do Projeto: Gestão em Ações Afirmativas**

Objetivos:

Proporcionar a formação para a comunidade acadêmica sobre as Políticas de Ações Afirmativas e as ações afirmativas em vigência na UFSM, analisando a Resolução 011/2007 da UFSM, a Lei de Cotas nº 12.711\12, a Lei 13.409/2016, Resolução 002/2018 da UFSM, Resolução 030/2017 da UFSM e a Resolução 041/2016 da UFSM;

Conceituar políticas públicas, ações afirmativas e política de cotas;

Analisar a política de cotas como instrumento de equidade e justiça social;

Orientar a comunidade acadêmica sobre as mudanças nas formas de ingresso ao ensino superior e documentação necessária para cada etapa do processo;

Promover o diálogo sobre o papel da universidade pública e da política de ações afirmativas para acesso ao ensino superior ou ao serviço público.

**Monitoria Indígena**

A Universidade compreende os povos originários como fundamentais para o fortalecimento da pluralidade de etnias e raças que estão inseridos tanto no Brasil quanto na América Latina. Sem respeitar essa premissa, é impossível falar em Estado Democrático de Direito, uma vez que as transformações sociais devem estar pautadas por espaços participativos que fomentem a autonomia.

O Projeto de Monitoria Indígena tem como objetivo principal contribuir para a consolidação da Política de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Maria, garantindo condições de permanência e desenvolvimento acadêmico aos estudantes indígenas;

- inserir os estudantes indígenas à realidade Universitária, visando minimizar as barreiras sociais, culturais e acadêmicas existentes;

- contribuir para a qualificação do ensino de graduação, por meio da participação do monitor em práticas pedagógicas já existentes, e do desenvolvimento de novas práticas;

- proporcionar o desenvolvimento acadêmico e humanístico dos monitores através do diálogo intercultural associado à reflexão sobre diversidade como componente de sua formação em nível superior.

1. **Quais os entraves(gargalos) que ainda não foram superados?**

- Desenvolver inovações no que tange às práticas pedagógicas que incentivem professores e alunos indígenas a vivenciar de fato os processos de ensino e aprendizagem.

- Existem desafios em nível de gestão da aprendizagem dos próprios estudantes que passam a se inteirar da cultura universitária.

- Discussões para gerar um processo de mudança intercultural que se aproxime dos novos padrões da sociedade, onde a inclusão, a diferença e a diversidade estejam presentes.

No contexto atual da educação brasileira, percebe-se que a educação está voltada para o desenvolvimento de um currículo que ainda não atende as diferenças culturais presentes no contexto universitário. Desta forma, fazem-se necessárias tanto ações de ensino quanto de aprendizagem, com o objetivo de ampliar, aprofundar e consolidar mudanças significativas nas práticas pedagógicas desenvolvidas no ensino superior.

Portanto, prioriza-se a interculturalidade, pois ela orienta processos que têm por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social. Tenta-se promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade, não ignorando as relações de poder presentes nas relações sociais e interpessoais. É fundamental que possamos oferecer rodas de conversa, palestras e cursos que problematizem a educação das relações étnico-raciais, com o objetivo de contemplar o diálogo intercultural que proporcione consolidar o respeito às diferenças culturais, a valorização da diversidade e da diferença.

1. **Na avaliação de vocês, quais os principais avanços desde que foi implantada a política de cotas para indígenas?**

Um dos principais avanços foi a criação, pela Resolução n. 019/2017, na sua estrutura organizacional, de uma Coordenadoria de Ações Educacionais(CAEd), na qual está integrado o Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas, que tem por objetivo “acompanhar e monitorar o acesso, a permanência, o ensino e a aprendizagem dos estudantes cotistas de escola pública, pretos, pardos, quilombolas, indígenas e não cotistas da UFSM. Seu trabalho visa sugerir ações e adaptações no atendimento ao Programa de Ações Afirmativas, primando pela inclusão social e racial, baseando-se no princípio da redução das desigualdades educacionais, étnico-raciais e sociais, incluindo as ações de caráter homoafetivas e do etnodireito”.

Com a reestruturação administrativa, o referido núcleo passou a ser denominado de Subdivisão de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e indígena, parte da CAEd, e também objetiva “contribuir na permanência dos estudantes cotistas e não cotistas da UFSM, visando a diminuição das desigualdades sociais, a educação das relações étnico-raciais, com uma prática educacional que contemple o diálogo intercultural, proporcionando consolidar a inclusão social na instituição”.

Além da criação da Subdivisão de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas, parte da CAEd, a publicação da Resolução 02/2018/UFSM pode ser considerada um marco no acesso e permanência do estudante indígena na universidade.

1. **A UFSM já teve algum docente Indígena?**

Ainda não tivemos docentes indígenas na UFSM.

Porém, já tivemos professores indígenas ministrando cursos de línguas Guarani e Kaingang.

No momento, estamos com a segunda edição desses cursos em andamento.

Pela primeira vez, devido à pandemia de COVID-19, os dois cursos estão sendo na modalidade remota.

**REFERÊNCIAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Resolução n. 002/2018. Pró-Reitoria de Graduação-Prograd. Santa Maria: UFSM, 2018b. Disponível em:<https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=9007497> Acesso em: 3 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Relatório 2018, Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas- CAED/ UFSM. Disponível em:<https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/wp-content/uploads/sites/391/2020/03/RELAT%C3%93RIOANUAL-2019NAF.pdf>